



Doutrina da proteção integral.

Constituição Federal, aspectos preliminares do Estatuto da Criança e do Adolescente

NÍVEA GONÇALVES

FANPAGE DO FACEBOOK: NÍVEA GONÇALVES

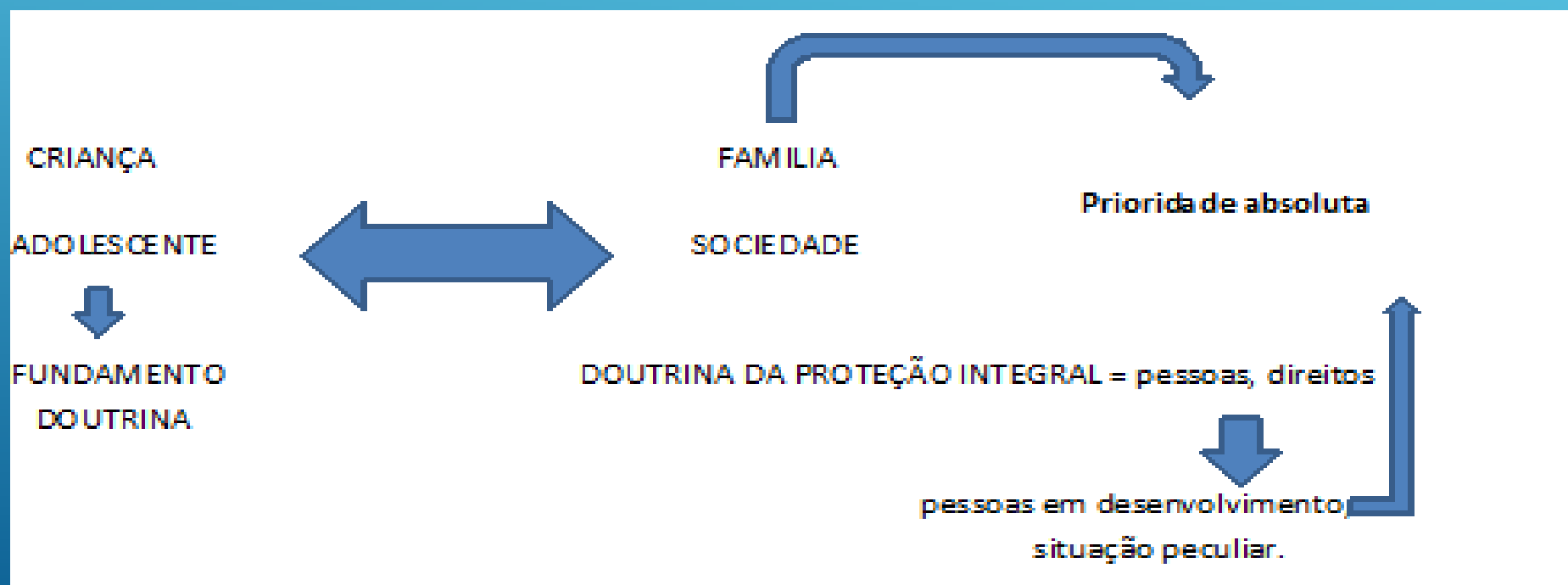
E-MAIL: NIVEAP13@GMAIL.COM

SUMÁRIO

1. Aspectos Preliminares Do Direito Da Criança E Do Adolescente – Doutrina Da Proteção Integral.
2. Documentos Internacionais E Sistema De Proteção Dos Direitos Humanos Da Criança
3. Estatuto Da Criança E Do Adolescente X Estatuto Da Juventude. Teoria Do Ato Infracional.
4. Teoria Do Ato Infracional

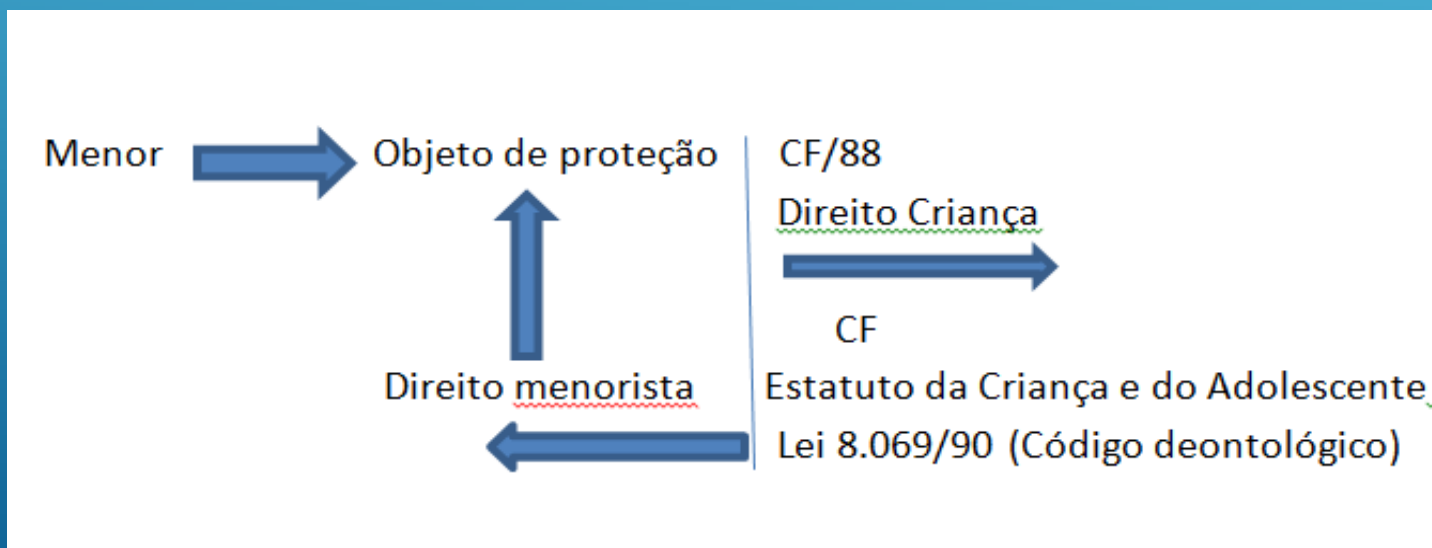
Direito da criança e do adolescente

Definição: é a disciplina das relações jurídicas entre crianças e adolescentes, de um lado, e do outro a família, a sociedade e o Estado.

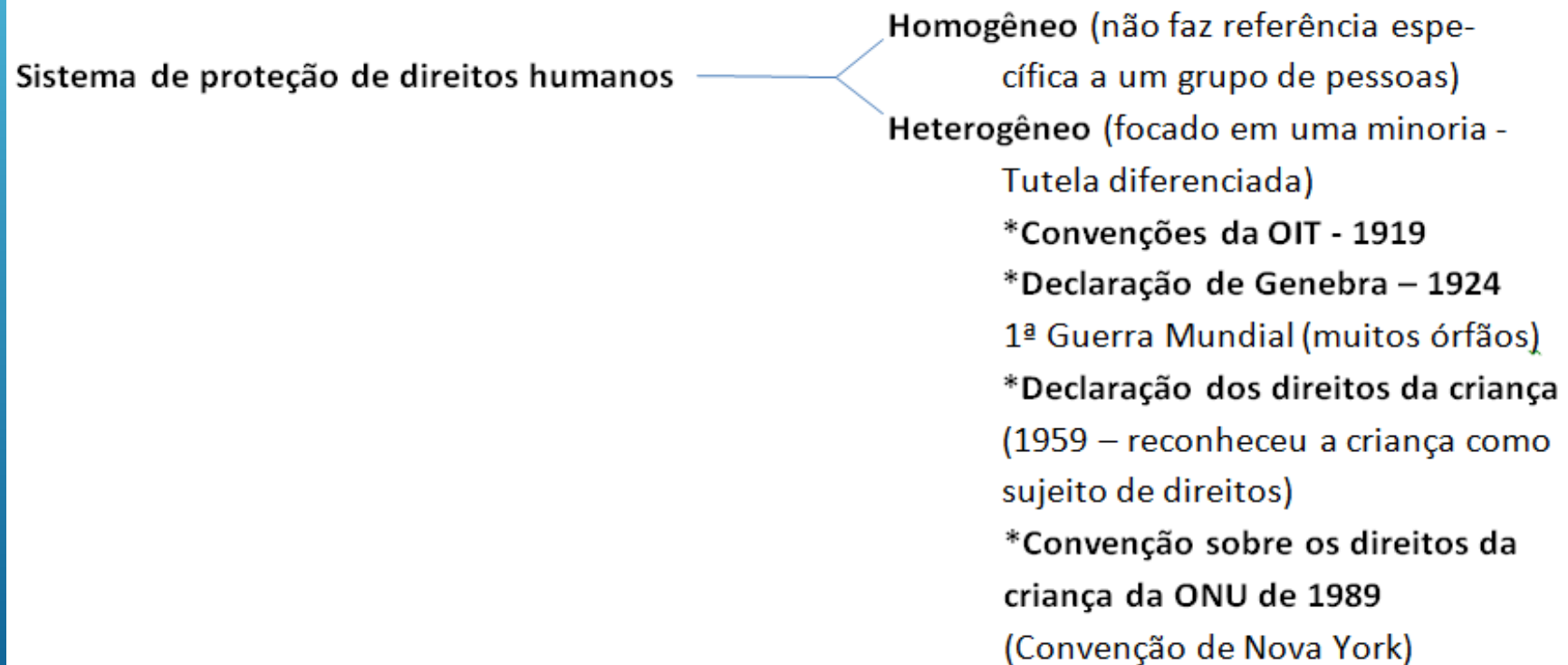


Doutrina da proteção integral: a criança e o adolescente são considerados sujeitos de direitos. Pessoas portadoras de direitos fundamentais.

Superior interesse da criança: necessidade de fundamentação no superior interesse da criança (proteção integral).



DOCUMENTOS INTERNACIONAIS



SURGIMENTO DOS PACTOS FACULTATIVOS À CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DA CRIANÇA

Pacto que tratava da venda de crianças e combate à prostituição e pornografia infantis

Pacto que tratava do ingresso de jovens (menos de 18 anos) nas forças armadas

Pacto para a ampliação do sistema de controle para a previsão das petições individuais.


Convenção que trata dos aspectos civis do sequestro internacional de crianças.

Convenções ligadas àquelas pessoas que tenham praticado ato infracional.

ATENÇÃO!

- A condição para a ratificação da convenção pelos Estados foi que ficasse a critério de cada um a delimitação da faixa etária acerca da menoridade.
- Cada Estado definiu a maioridade de acordo com a sua lei interna.
- A Convenção não fez nenhuma diferenciação entre criança e adolescente. Essa diferenciação existe em nível de discussão no âmbito internacional

Convenção → Criança → pessoa: 0 a 18 anos

ECA → 
Criança → 0 a 12 anos incompletos
Adolescente → 12 a 18 anos incompletos



Opção legislativa

(não é uma determinação da Convenção)

MAIORIDADE PENAL

CF → art. 228 → inimputabilidade

REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL

Art. 228, CF

“São penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às normas da legislação especial”.

***Corrente majoritária:** predominância do art.228, CF, tendo em vista ser uma garantia constitucional (cláusula pétrea).

***Corrente minoritária:** baseia-se na última parte do art. 228, CF: modificando-se a legislação especial pode-se modificar a maioridade penal. Tudo depende do que está na lei.

JOVEM

Art. 227, CF

“É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.
(Redação dada Pela Emenda Constitucional nº 65, de 2010)”

EC 65/2010: absoluta prioridade é assegurada à criança, ao adolescente e também ao jovem.

Criança → 0 a 12 anos incompletos
Adolescente → 12 a 18 anos incompletos
JOVEM → 15 a 29 anos de idade

JOVEM ADOLESCENTE

15 a 18 anos → ECA OU E JUV?

JOVEM ADULTO

ECA, e de forma complementar, o E JUV.

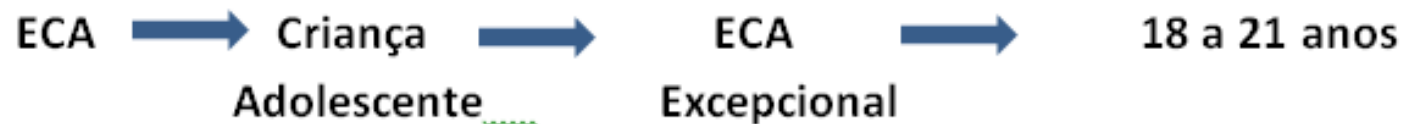
*Exceção. Direito à profissionalização e à proteção do trabalho: aplica-se unicamente o ECA.

LEI PROJOVEM

+

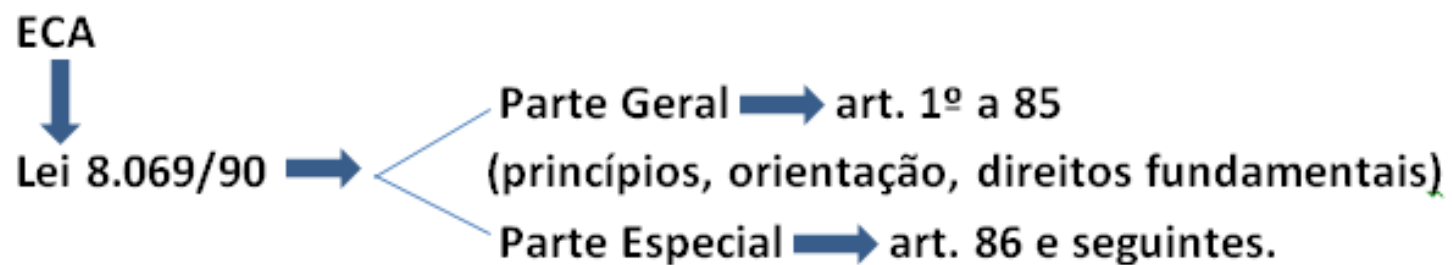
ESTATUTO DA JUVENTUDE

(Lei 12.852/2013)



*Para pessoas com mais de 18 anos, existe aplicação do ECA?

3º BLOCO



PARTE GERAL: orientação de como as autoridades devem aplicá-lo.

PARTE ESPECIAL: procedimentos de tutela coletiva, medidas socioeducativas, política de atendimento.

ASPECTOS PRELIMINARES DO ECA

*Proteção integral (art. 1º): doutrina da proteção integral (mudança de paradigma).

*Criança e adolescente = sujeitos de direitos.

ATENÇÃO!

Sendo a criança um sujeito de direitos, sua opinião deve ser levada em consideração.

Ex. Colocação em família substituta. Para o adolescente deve haver concordância.

DESJUDICIALIZAÇÃO DO ATENDIMENTO

O juízo vai buscar decidir lides, mas o atendimento primário é feito por outros órgãos. Ex. municipalização do atendimento.

ART. 2º: DEFINIÇÃO DE CRIANÇA E ADOLESCENTE

“Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade”.

ARTS. 3º E 4º: REITERAÇÃO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE COMO SUJEITOS DE DIREITOS – GARANTIA DE PRIORIDADE VOLTADA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE

“Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade”.

“Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.”

ART. 5º: REGRA QUE AUXILIARÁ O JUIZ – REITERAÇÃO DE QUE NENHUMA CRIANÇA PODERÁ SER VÍTIMA DE QUALQUER FORMA DE NEGLIGÊNCIA

“Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.”

ART. 6º: CRITÉRIOS DE INTERPRETAÇÃO QUE DEVEM SER LEVADOS EM CONSIDERAÇÃO

“Na interpretação desta Lei levar-se-ão em conta os fins sociais a que ela se dirige, as exigências do bem comum, os direitos e deveres individuais e coletivos, e a condição peculiar da criança e do adolescente como pessoas em desenvolvimento.”

CRITÉRIOS INTERPRETATIVOS

- *Fins sociais

- *Exigência do bem comum

- *Direitos e deveres individuais e coletivos

- *Condição da criança e do adolescente como pessoa em desenvolvimento – prioridade

TEORIA DO ATO INFRACIONAL

1. Garantia constitucional da inimizabilidade penal: art. 228, CF.
2. Consequências: diretas do art. 228, CF.
 - Autor do ilícito = ato infracional ➡ lei especial ➡ ECA
 - Resposta diferenciada (não há possibilidade de aplicação de pena)
 - Juízo especializado (ato praticado por adolescente)

Criança pode praticar ato infracional?

A CRIANÇA E O ATO INFRACIONAL

ART. 105

“Art. 105. Ao ato infracional praticado por criança corresponderão as medidas previstas no art. 101.”

DISTINÇÃO DO TRATAMENTO ENTRE CRIANÇA E ADOLESCENTE

Criança X Adolescente

ATO INFRACIONAL

Definição: “é a conduta típica e antijurídica definida como crime ou contravenção penal praticada por criança ou adolescente”.

PRINCIPIO DA TIPICIDADE DELEGADA

Conceito

TEORIA DO ATO INFRACIONAL

Distinção entre criança e adolescente quando da prática do ato infracional.

CRIANÇA	ADOLESCENTE
<p data-bbox="512 548 764 613">Medida Protetiva -Situação de risco</p> <p data-bbox="512 667 764 699">Medida Protetiva</p> <p data-bbox="428 748 848 862">↓ - Aplicação: Conselho Tutelar * Ressalvas: Inc. VII, VIII, IX – art. 101.</p> <p data-bbox="611 911 665 943">JUIZ</p> <p data-bbox="275 951 1003 1105">Procedimento que não tem a finalidade de apurar o ato infracional, mas a situação de risco existente. Ex. Acolhimento institucional para retirada de criança da sua família natural.</p>	<p data-bbox="1472 548 1730 581">MSE <i>criança não</i></p> <p data-bbox="1346 630 1472 662">Medidas</p> <p data-bbox="1472 711 1688 776"><i>M protetivas</i> (art. 101, I a VI)</p> <p data-bbox="1346 792 1465 824">Art. 112</p> <p data-bbox="1262 951 1549 984">Ação socioeducativa</p> <p data-bbox="1058 992 1759 1187">Promovida pelo MP, que detém a legitimidade exclusiva e por finalidade a apuração da prática de ato infracional, sua autoria e materialidade, bem como, aplicar a medida socioeducativa ou, eventualmente, a protetiva pertinentes.</p> <p data-bbox="1331 1230 1486 1263">ATENÇÃO!</p> <p data-bbox="1100 1276 1717 1349">A ação é sempre pública e não depende de representação do ofendido.</p>

ATENÇÃO!

Na ação socioeducativa, só se pode aplicar as contidas no artigo 101, I a VI. Porém, as medidas dos incisos VII, VIII e IX não poderão ser aplicadas no procedimento de apuração de ato infracional, porque importam na retirada da família natural, sendo necessária a chance de defesa dessa família, razão pela qual torna-se necessária a aplicação de outro procedimento.

PRINCIPIO DA TIPICIDADE DELEGADA

A legislação penal “emprestou” ao ECA a definição de crime ou contravenção penal. Portanto, ato infracional é equiparado a crime ou contravenção.

Ex. ato infracional equiparado a crime de furto.

EXCLUDENTE DE CULPABILIDADE – APLICAÇÃO AO ATO INFRACIONAL

Excluída a imputabilidade em razão da idade, todo o restante é aplicado, portanto, considera-se ato infracional aquela conduta prevista como crime ou contravenção penal, de modo que a estrutura destes deve ser respeitada:

1. Conduta humana (dolosa ou culposa)
2. Resultado (quando exigível)
3. Nexo de causalidade
4. Tipicidade (delegada, observando-se o princípio da legalidade – não haverá ato infracional sem lei anterior que defina a conduta como crime ou contravenção penal).
5. Culpabilidade

COMPETÊNCIA PARA A APURAÇÃO DA PRÁTICA DE ATO INFRACIONAL

Vara da infância e juventude do local da ação ou omissão.

COMPETÊNCIA DA VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE (VIJ)

Art. 148: matérias de competência

Art. 147: competência territorial

COMPETÊNCIA VIJ

148 – matérias

147 – territorial

Exclusiva (art. 148, caput + incisos)

Ex. Apuração de ato infracional (independente do ato infracional praticado)

Concorrente (art. 148, parágrafo único + alíneas)

DOS CRIMES PRATICADOS CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

*Discussões: STJ X STF

COMPETÊNCIA PARA APURAÇÃO DO ATO INFRACIONAL – JUÍZO DA VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

- Local da ação ou omissão

POLÍCIA FEDERAL E O ATO INFRACIONAL

Pode apurar e encaminhar a documentação para a VIJ.

Ex. Organização criminosa.

PROCEDIMENTO PARA APURAÇÃO DO ATO INFRACIONAL: FINALIDADES

Apurar autoria + materialidade



em sendo necessário, aplicará a medida sócio educativa pertinente



Sentença

ATENÇÃO!

O juiz vai avaliar a melhor medida a conduzir a ressocialização (medida não é pena!).